

# Meu Município e a

# HABITAT III

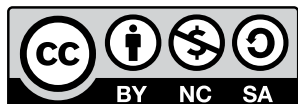




# Meu Município e a **HABITAT III**



2015 Confederação Nacional de Municípios – CNM.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons: Atribuição – Uso não comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A reprodução não autorizada para fins comerciais constitui violação dos direitos autorais, conforme Lei 9.610/1998.

As publicações da Confederação Nacional de Municípios – CNM podem ser acessadas, na íntegra, na biblioteca *online* do Portal CNM: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br).

**Autores:**

Tatiane Vieira de Jesus  
Alyne Cristina Lumikoski  
Helvisney dos Reis Cardoso  
Karla Christina Batista de França

**Supervisão Editorial:**

Luciane Guimarães Pacheco

**Diretoria-Executiva:**

Gustavo de Lima Cezário

**Revisão de textos:**

Keila Mariana de A. O. Pacheco  
Allan Moraes

**Diagramação:**

Themaz Comunicação

**Ilustrações:**

João Lúcio Dreyer Lomonaco

Ficha catalográfica:

Confederação Nacional de Municípios – CNM.  
Meu Município e a Habitat III. – Brasília: CNM, 2015.

64 páginas.  
ISBN 978-85-8418-021-9

Palavras-chave: Agenda urbana. Internacional. Municípios. Habitat III.



SCRS 505, Bloco C, Lote 1 – 3º andar – Asa Sul – Brasília/DF – CEP 70350-530  
Tel.: (61) 2101-6000 – Fax: (61) 2101-6008  
E-mail: [atendimento@cnm.org.br](mailto:atendimento@cnm.org.br) – Website: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

# Palavra do Presidente

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) reconhece a importância do processo de construção da *3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)* e defende a participação dos Municípios na construção dessa agenda. O poder municipal representa a instância de governo que vivencia em seu dia a dia a implementação de políticas e ações tanto nas áreas urbanas quanto rurais, bem como os impactos no cotidiano de sua população.

Enquanto os Municípios têm um papel central na promoção do desenvolvimento, a Nova Agenda Urbana impactará diretamente neles. Portanto, as prioridades da Habitat III devem surgir do âmbito local para o nacional, respeitando as particularidades de cada território e promovendo o diálogo com a sociedade. Além disso, a participação direta dos governos municipais e a representação por seus pares nos processos preparatórios e na própria Conferência são critérios fundamentais para que suas vozes sejam devidamente ouvidas e incorporadas nessa nova agenda.

Os Municípios têm ainda conhecimento para contribuir na administração das dificuldades existentes, facilitar a incorporação de diferenças regionais e avanços em certas áreas dentro de um mesmo país, além de implementar propostas já realizadas nas Conferências anteriores, mas ainda não alcançadas.

A CNM, por meio desta cartilha, tem por objetivo estimular reflexões para a construção da Nova Agenda Urbana Mundial a partir do âmbito local, de forma que haja uma participação efetiva dos Municípios na propulsão dessas novas perspectivas de desenvolvimento.

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM

# Sumário

Considerações Iniciais.....	7
Parte 1 – Conhecendo a Conferência.....	8
Parte 2 – Importância da Agenda.....	16
Parte 3 – Os temas da Agenda.....	27
Parte 4 – Atuação do Movimento Municipalista.....	42
Parte 5 – Participação dos Municípios Brasileiros.....	50
Anexo 1 – Carta Aberta dos Municípios Brasileiros.....	60

# Considerações Iniciais

Com uma linguagem acessível e exercícios práticos, esta cartilha tem como objetivo motivar e orientar gestores municipais a se envolver e participar no processo de preparação e construção da *3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)*, que estabelecerá uma Nova Agenda Urbana mundial.

De forma mais específica, este material visa a promover uma reflexão conjunta por diversos setores da prefeitura que serão afetados por tal política – como planejamento, educação, saúde, assistência social, entre outros – bem como entre a gestão municipal e a comunidade local.

O material é dividido em 5 partes:

- Conhecendo a Conferência
- Importância da Agenda
- Temas da Agenda
- Atuação do Movimento Municipalista
- Participação dos Municípios Brasileiros

Contém informações gerais sobre os temas abordados, uma sessão de debate com perguntas e respostas, explicações adicionais sobre questões de interesse para os participantes locais e uma atividade para refletir sobre a participação do seu Município nessa nova agenda.

Para esclarecer dúvidas e obter informações adicionais, contate as seguintes áreas da CNM por *e-mail* ou telefone:

**Assessoria Internacional:** [internacional@cnm.org.br](mailto:internacional@cnm.org.br) ou (61) 2101-6032.

**Área técnica de habitação e planejamento urbano:** [habitacao@cnm.org.br](mailto:habitacao@cnm.org.br) ou (61) 2101-6039.

# Parte 1 – Conhecendo a Conferência



Olá! Eu sou o Urbano, assistente da CNM para as questões da Habitat III.

Estou aqui para auxiliar o seu Município a entender melhor e participar na construção dessa Nova Agenda Urbana mundial.

Habitat III é nome pelo qual é conhecida a *Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável*. Ela é tão importante porque é o principal evento internacional sobre o tema, em que serão pactuados desafios, compromissos e metas pelos próximos 20 anos, ou seja, até a realização da próxima conferência. Lá serão definidas ações para melhorar o acesso a moradia digna, transporte, mobilidade, saneamento básico, drenagem urbana e financiamento das cidades.

A Habitat III será o fim de um ciclo de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) que busca tratar de um novo modelo de desenvolvimento global, ao mesmo tempo que constituirá o início de um novo período para a promoção de desenvolvimento urbano sustentável. Busca-se criar instrumentos eficazes para que de fato os acordos internacionais sejam implementados e o desenvolvimento local alcançado.

São esperados que os compromissos firmados nesta Nova Agenda impactem diretamente nos rumos, objetivos e desenhos das políticas urbanas no âmbito nacional, estadual e também municipal. No evento, estarão representados os 193 países-membros

que integram a Organizações das Nações Unidas. São eles que deverão firmar o acordo para uma nova agenda urbana, uma vez que são os atores reconhecidos pelo direito internacional público para tanto.

Ao mesmo tempo, o papel dos governos locais e regionais vai além de contribuir para a construção do posicionamento de cada país, atuando para reforçar a contribuição e o papel dos governos locais na agenda. É uma oportunidade para reforçar o reconhecimento dos atores locais como parceiros na formulação da agenda mundial.

### **Reuniões preparatórias**

A Habitat III ocorrerá em Quito, Equador, de 17 a 21 de outubro de 2016. A Conferência representa a concretização de todo um processo preparatório de negociações.

Reuniões preparatórias, chamadas de PrepCom, são as arenas em que são discutidos os preparativos formais para a Conferência, tais como preparações temáticas, regras de credenciamento, metodologia de debate, e até mesmo as contribuições dos países serão discutidas e a posição de cada um.

As reuniões preparatórias internacionais para a Habitat III são:

- 1ª Reunião Preparatória da Habitat III, realizada em 17 e 18 de setembro de 2014 em Nova Iorque, nos Estados Unidos;
- 2ª Reunião Preparatória da Habitat III, que ocorreu de 14 a 16 de abril de 2015 em Nairóbi, no Quênia;
- 3ª Reunião Preparatória da Habitat III, a ser realizada entre 25 e 27 de julho de 2016 em Jacarta, na Indonésia.

Além disso, discute-se a possibilidade de organização de uma Reunião Extraordinária Preparatória da Habitat III, com possibilidade para ocorrer em setembro de 2015 em Nova Iorque, nos Estados Unidos.



## Relatório Nacional e o processo brasileiro

Já no âmbito nacional, o foco é no conteúdo substantivo da posição do país a ser apresentado durante a Conferência. Até maio de 2015,<sup>1</sup> o foco tem sido a elaboração de um Relatório Nacional para as Nações Unidas.

Foi solicitada a cada país a preparação desse documento sobre a agenda urbana, informando sobre os avanços alcançados desde 1996 por governos nacionais e subnacionais, incluindo os Municípios, bem como limites, indicadores para acompanhamento dos compromissos que deverão ser acordados, desafios existentes e futuros a serem discutidos na Habitat III. A versão brasileira oficial do relatório tem sido responsabilidade do Ministério das Cidades. Dentro do Conselho das Cidades, foi criado um Grupo de Trabalho específico sobre o tema para avançar no documento, o qual foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Resumidamente, os princípios nortedeadores do relatório nacional brasileiro são:

- promover o direito à cidade como noção fundadora da ação pública;
- promover cidades inclusivas, solidárias e sustentáveis, tendo especial atenção aos grupos historicamente excluídos;
- criar um sistema nacional de desenvolvimento urbano;
- promover uma política de desenvolvimento urbano integrada com as políticas de desenvolvimento regionais; e
- aprofundar as relações republicanas e federalistas, de forma a diminuir desigualdades regionais e intraurbanas.

O relatório oficial deve ser entregue nos próximos meses. Além disso, será desenvolvido um outro relatório sobre o tema pelo governo do Brasil, segundo uma estrutura distinta daquela proposta pelas Nações Unidas e de forma a apresentar aos atores brasileiros um documento orientativo mais amplo.

---

<sup>1</sup> Data de publicação desta cartilha.

No país, o governo federal buscou realizar um processo participativo para o desenvolvimento desses materiais, por meio de seminários, consulta pública, plataforma *on-line* e reuniões com distintos segmentos. Como membro representante do poder público municipal no Conselho das Cidades e nas relações com a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), a CNM tem contribuído de forma ativa para garantir que os interesses dos Municípios sejam inseridos no Relatório Nacional.

## **Como participar?**

Assim, “onde” e “quando” os Municípios podem e devem participar vai muito além de um evento único.

Há diversas formas de participar no processo:

- *Diálogo com a comunidade local* sobre os principais desafios atuais e futuros das questões urbanas. Isso pode ser feito por meio de audiências públicas, inclusão da pauta nas reuniões dos conselhos, reuniões com grupos específicos, ferramentas eletrônicas e outros modos de comunicação e interação municipal. Por meio da Carta Aberta dos Municípios Brasileiros (Anexo 1), é possível enviar um documento com o resultado obtido nessas conversas para o governo federal e, assim, impactar no processo de formulação da posição brasileira na Conferência e para a Confederação Nacional de Municípios, que levará seus pleitos para foros e debates nacionais e internacionais.
- *Participação em ações do governo federal* – a agenda internacional, incluindo a Habitat III e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem sido discutida com os Municípios por meio de oficinas e consultas específicas ou gerais. Os gestores locais podem participar nesses espaços diretamente ou indiretamente.
- *Participação em ações da CNM* – a Confederação Nacional de Municípios, além de acompanhar e participar de diversas ações que envolvem o tema, também realiza ações próprias para discussão e divulgação da Habitat III. Fique de olho em nosso portal [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br) ou consulte a Assessoria Internacional da entidade pelo e-mail [internacional@cnm.org.br](mailto:internacional@cnm.org.br).



## APRENDA UM POUCO MAIS!

### HISTÓRICO DAS CONFERÊNCIAS

#### HABITAT I

Na Habitat I, realizada no ano de 1976 na cidade de Vancouver, Canadá, a principal pauta era desenvolver estratégias para controlar e reduzir a escala do processo de urbanização e fomentar estratégias para que a população rural não migrasse para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Uma das recomendações da Declaração de Vancouver era fortalecer as ações do Estado para que este conduzisse a elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento e redistribuísse melhor os recursos para as áreas urbanas e rurais.

No entanto, o contexto político e econômico global anunciava a perda de capacidade dos governos centrais em responder às demandas socioeconômicas, o que, em certa medida, comprometeu a implementação da Agenda Habitat I, uma vez que esta agenda não priorizou a articulação com os governos subnacionais e os diversos segmentos do setor privado.

Além disso, no Brasil, o cenário federativo em meados da década de 1970 era extremamente centralizado e os governos locais não eram autônomos. As ações no campo do desenvolvimento urbano eram centralizadas e com baixa capacidade para enfrentar a diversidade e a complexidade dos problemas urbanos, uma vez que as medidas e estratégias elaboradas pelo Estado eram padronizadas.

## HABITAT II

A Habitat II foi realizada no ano de 1996 na cidade de Istambul, Turquia. Após vinte anos de realização da Habitat I, o crescimento de urbanização nos países africanos e latino-americanos acelerou-se, em especial, o rápido crescimento dos assentamentos humanos desprovidos de infraestrutura e serviços básicos.

O principal objetivo da Habitat II era enfrentar a pobreza e urbanizar as áreas precárias, em especial os assentamentos humanos, popularmente conhecidos como áreas de favelas no Brasil. As diretrizes aprovadas na Declaração de Istambul propiciaram uma mudança na agenda brasileira quanto ao tratamento dos problemas urbanos e ao enfrentamento das moradias informais.

Após a Habitat II, as políticas urbanas brasileiras deixaram de adotar práticas de erradicação de favelas e adotaram ações e políticas de integração dessas áreas ao tecido urbano das cidades. Essas estratégias são conhecidas como urbanização de favelas e têm obtido bons resultados. Também houve avanços na legislação urbana brasileira. Os direitos à moradia e à cidade passaram a ser reconhecidos como direitos constitucionais de todos os cidadãos.

No campo do planejamento e gestão urbana, houve significativo aperfeiçoamento da legislação urbana e dos instrumentos e ferramentas para fortalecer a capacidade dos governos locais, como a aprovação do Estatuto da Cidade e a elaboração dos respectivos planos diretores para melhor ordenar o território municipal e induzir a implementação de instrumentos urbanos para assegurar um desenvolvimento urbano mais integrado e participativo.



## Para Praticar!

Entender as mudanças a partir de uma perspectiva mundial contribui para a identificação de padrões e mudanças ao longo do tempo de forma mais ampla e por continente.

É relevante também pensar como seu Município evoluiu nas últimas décadas. Tomando como marcos as conferências Habitat, responda às seguintes perguntas de acordo com a época solicitada:

– Como é caracterizado o desenvolvimento urbano no Município?

– Quais os avanços alcançados e as dificuldades encontradas em termos de legislação e gestão urbana, planejamento urbano e qualidade de vida da população?

**Em 1976, quando foi realizada a Habitat I, havia no meu Município...**

---

---

---

---

---

**Em 1996, na época da Habitat II, o desenvolvimento urbano no meu Município...**

---

---

---

---

---

---

**Agora, que estamos nos preparando para a Habitat III, em 2016, o meu Município...**

---

---

---

---

---

---

## Parte 2 – Importância da Agenda



Muitas vezes os gestores municipais e a população não compreendem por que razão é necessário discutir uma agenda internacional.

Os compromissos internacionais firmados no âmbito da Habitat III resultarão em diretrizes a serem adotadas por governos nacionais e organizações internacionais, como também poderão ser aplicadas pelo setor privado, por organizações da sociedade que trabalham com desenvolvimento e, mais importante ainda para nós, pelos Municípios.

Os governos municipais são vistos e serão cobrados como um dos implementadores da agenda, principalmente em um país como o Brasil, onde as prefeituras são responsáveis pelo planejamento urbano e por uma série de serviços urbanos. Dessa forma, a participação dos gestores brasileiros é mais importante ainda desde esse período de definição das diretrizes dessa Nova Agenda.

O art. 30 da Constituição Federal estabeleceu que é de competência do Município promover o controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano adequado mediante a utilização dos instrumentos de planejamento urbano.

Questões como governança e legislação urbana, habitação, saneamento, meio ambiente, defesa civil, mobilidade, desenvolvimento econômico local e demais intervenções nos assentamentos humanos, as quais também constituem responsabilidades do poder local, também compõem a agenda.

A Nova Agenda Urbana também impactará na vida dos cidadãos de seus Municípios, uma vez que influenciará nas políticas que afetam o cotidiano deles. Como vocês já vivenciam, a proximidade com os cidadãos gera uma pressão maior nos governos municipais por ações de respostas adequadas e ágeis. Assim, é importante aqui promover o diálogo entre o poder local e sua população.

**É importante ouvir e agregar as perspectivas dos Municípios sobre os desafios urbanos existentes.**



**Vamos ao Debate!**



Vamos à sessão de perguntas e respostas para esclarecer dúvidas e ouvir a opinião de vocês sobre a importância da agenda. Quem quer começar?

**Urbano, sou prefeito e meu Município fica no interior da Paraíba. Na verdade, não tenho muita experiência com questões internacionais. Sei que vários Municípios brasileiros têm acor-**

**dos com governos e organizações de outros lugares do mundo, mas não sabia que podíamos participar da construção de uma agenda internacional. Estou animado com isso.**

Ótimo comentário, prefeito. Os Municípios brasileiros que atuam internacionalmente são poucos em termos proporcionais, mas têm ganhado uma boa projeção. E sabe por que é importante o engajamento das lideranças locais? Porque prefeitos e prefeitas são agentes políticos do processo! Dentro das limitações estabelecidas pela legislação e pelo orçamento, são capazes de priorizar ações para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável em seus territórios de governo. Além disso, como falei anteriormente, está em discussão questões que são de suas competências, e o governo federal já deixou claro que vai cobrar isso dos gestores locais. O aspecto formal de participação na Conferência em Quito ainda não foi definido, mas há várias instâncias de participação.



**Urbano, sou a Carmem, vereadora em um Município no interior de Minas Gerais. Também me preocupa como essa agenda impacta no dia a dia da Câmara Municipal, da Prefeitura e das pessoas.**



Carmem, no cotidiano, às vezes, os impactos não são tão claros, mas estão presentes. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os chamados ODM, são um exemplo de agenda internacional com impactos locais.

Uma série de prefeituras incorporaram os ODM em sua gestão e estratégias de governança local. E o governo federal brasileiro, junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), também promoveu uma descentralização desses compromissos, como as ações para a municipalização desses objetivos.





## Aprenda um pouco mais!

### Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Durante a reunião da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, em 2000, líderes de 191 nações oficializaram um pacto para tornar o mundo mais solidário e mais justo até 2015. O sucesso desse grande projeto humanitário só seria possível por meio de um conjunto de 8 objetivos, traduzidos em 19 metas, a serem atingidos pelos países, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade, chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles:

1. erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. educação básica de qualidade para todos;
3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde das gestantes;
6. combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer parcerias para o desenvolvimento.



Fonte: Governo Federal

Todos os países possuem um índice específico a ser atingido, que condiz com a realidade e necessidades locais, dentro de cada meta que compõe os 8 objetivos. Ao todo, os ODM possuem 69 indicadores para medir os avanços na consecução das metas, sendo os resultados alcançados divulgados anualmente.

O Brasil já atingiu praticamente todas as metas estabelecidas. No caso brasileiro, a opção de criar metas nacionais, municipalizar, garantir a participação social e dar visibilidade às boas práticas no cumprimento dos ODM (Prêmio ODM Brasil e Certificação de Municípios que atinjam as metas) foram os diferenciais para o alcance dos objetivos. O papel dos Municípios foi fundamental no combate à desigualdade e na possibilidade de alavancar o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis do país.

### **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Estão em curso negociações, no âmbito da ONU, que pretendem definir a nova agenda global de desenvolvimento para o período Pós-2015, ano no qual termina o prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essas negociações ficaram conhecidas como “Agenda Pós-2015”.

Na Conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012, os países se comprometeram com a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de metas que substituirão os ODM e valerão por mais 15 anos, até 2030. Contudo, os ODM não serão esquecidos. Eles serão incorporados pela nova agenda dos ODS, que amplia e aprofunda os objetivos e metas propostos em 2000.

Os ODS devem ainda estabelecer marcos que possibilitem avanços na direção de novo modelo de desenvolvimento, que promova as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental. Do mesmo modo que os ODM, os ODS serão compostos de objetivos, metas, índices específicos para cada país e um conjunto de indicadores para acompanhamento de seu progresso.

O novo conjunto de objetivos será definido e acordado na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, por seus países-membros. A proposta da ONU é que sejam acordados 17 novos objetivos e que seja promovida a ampliação da atuação dos governantes e dos gestores locais como protagonistas na concretização e mobilização em torno da nova Agenda.

Os 17 objetivos propostos são:

1. acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares;
2. acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a nutrição adequada para todos, e promover a agricultura sustentável;
3. alcançar saúde para todos em todas as idades;
4. fornecer educação equitativa, inclusiva e de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. atingir a igualdade de gênero e a autonomia para mulheres e meninas em todos os lugares;
6. garantir água limpa e saneamento para todos;
7. garantir serviços de energia modernos, confiáveis, sustentáveis e a preços acessíveis para todos;
8. promover o crescimento econômico forte, sustentável e inclusivo e trabalho digno para todos;
9. promover a industrialização sustentável;
10. reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
11. construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis;
12. promover padrões de produção e consumo sustentáveis;
13. promover ações em todos os níveis para combater as mudanças climáticas;
14. alcançar a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos;
15. proteger e restaurar os ecossistemas terrestres e interromper toda a perda de biodiversidade;
16. alcançar sociedades pacíficas e inclusivas, o Estado de direito, e instituições eficazes e capazes; e
17. fortalecer e melhorar os meios de implementação [desses objetivos] e a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

## Você acha que os compromissos firmados na esfera internacional influenciarão as estratégias políticas e de planejamento urbano no Brasil?

Prefeito, a Habitat II, realizada em 1996, resultou em desdobramentos importantes para a política urbana no Brasil, como a criação do Estatuto da Cidade, que gerou políticas de grande impacto local, e a implementação do Ministério das Cidades. Outro exemplo são os ODM, como já mencionei.



No Brasil, é notória a vinculação para o alcance destes compromissos no desenho e condicionalidades das políticas urbanas gestadas pela União. O que vemos é que governos estaduais e municipais precisam se adequar a essas condicionalidades para obtenção de financiamentos da União. Como esse tipo de agenda define a locação de esforços nacionais e internacionais de políticas públicas sobre os espaços urbanos, é importante a atuação do poder local e de suas comunidades, e desde o desenvolvimento do processo, em que estamos agora.

Por isso, o amplo diálogo com reconhecimento das especificidades, prazos, agentes, recursos a serem disponibilizados e coordenação interfederativa é primordial para a construção de uma Nova Agenda Habitat III tangível com a capacidade institucional e técnica dos Municípios.



**Olá! Eu sou Pedro, trabalho em uma ONG ambiental em Santa Catarina. Urbano, você tem algum exemplo disso na área de meio ambiente?**

Tenho sim, Pedro. Um ótimo exemplo de impacto da agenda internacional é a questão dos prazos estabelecidos pelo governo brasileiro para eliminarem os lixões até agosto de 2014. Trabalhando com as questões de meio ambiente na sua organização, você deve ter visto que, apesar de não terem sido entregues aos Municípios as condições necessárias previstas em lei, como financiamento, assistência técnica e um sistema de monitoramento e regulação, os prazos não foram flexibilizados. O não cumprimento da lei pode resultar em processos a serem respondidos pelos gestores locais.

Acho que há uma relação direta aqui entre a participação ativa do Brasil nas discussões ambientais internacionais, inclusive com a Ministra de Meio Ambiente compondo Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, e a falta de flexibilidade em relação a esses prazos, mesmo diante do não cumprimento das ações necessárias por parte do governo federal. Sabemos da importância dessa agenda, mas também da necessidade de que todos os Entes federativos atuem para o alcance bem-sucedido de tais objetivos e metas.



**Olá, Urbano. Sou presidente da associação comercial do meu Município no Centro-Oeste do Brasil. Meu nome é Rosana. Minha pergunta é mais sobre a importância do tema. Por que é importante discutir o desenvolvimento urbano sustentável?**

Rosana, desenvolvimento sustentável já é uma questão discutida há muitos anos. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Brasil e conhecida como Rio 92, já reconheceu a importância do desenvolvimento sustentável e incentivou ações para proteger o meio ambiente. Lembro ainda que a Agenda 21, que foi um dos resultados dessa

conferência, também foi subsequentemente discutida por Municípios, em um processo chamado de Agenda 21 Local. Esta fortalece a importância das questões ambientais, dando-lhes tanta importância quanto aos aspectos econômicos e sociais. A ideia é, na verdade, buscar um balanço entre essas três esferas.

As áreas urbanas constituem espaços centrais para o alcance do desenvolvimento sustentável. Mais da metade da população mundial é urbana, sendo que na América Latina essa taxa é ainda mais alta, correspondendo a 80% da população e, mais especificamente, 84,5% no Brasil. Ao mesmo tempo, a falta de sustentabilidade ambiental, além de econômica e social, tem gerado sérios impactos em Municípios de todo o Brasil, incluindo desde condições de vida precárias até alta vulnerabilidade a situações externas, desde desastres naturais até crises financeiras.



### **Para Praticar!**

É importante refletir como uma nova agenda urbana mundial impacta os Municípios de diversas formas. Para isso, responda às questões abaixo.

Como a legislação urbanística tem impactado seu Município de forma positiva ou negativa?

---

---

---

---

Como as políticas nacionais e estaduais nas áreas de planejamento urbano, meio ambiente, saneamento básico, mobilidade e transporte têm impactado seu Município?

---

---

---

---

---

---

---

---

Que políticas internacionais você gostaria de ver aplicadas de forma a influenciar as políticas e os programas nacionais, estaduais e locais?

---

---

---

---

---

---

---

---

Agora vamos rever os ODS listados na página 17. Marque com um X os objetivos que envolvem políticas e ações desenvolvidas pela Prefeitura.

1.  Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares;
2.  Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutrição adequada para todos, e promover a agricultura sustentável;
3.  Alcançar saúde para todos em todas as idades;
4.  Fornecer educação equitativa, inclusiva e de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5.  Atingir a igualdade de gênero e a autonomia para mulheres e meninas em todos os lugares;
6.  Garantir água limpa e saneamento para todos;
7.  Garantir serviços de energia modernos, confiáveis, sustentáveis e a preços acessíveis para todos;
8.  Promover o crescimento econômico forte, sustentável e inclusivo e trabalho digno para todos;
9.  Promover a industrialização sustentável;
10.  Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
11.  Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis;
12.  Promover padrões de produção e consumo sustentáveis;
13.  Promover ações em todos os níveis para combater as mudanças climáticas;
14.  Alcançar a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos;
15.  Proteger e restaurar os ecossistemas terrestres e interromper toda a perda de biodiversidade;
16.  Alcançar sociedades pacíficas e inclusivas, o Estado de direito, e instituições eficazes e capazes; e
17.  Fortalecer e melhorar os meios de implementação [desses objetivos] e a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

# Parte 3 – Os temas da Agenda

Agora é hora de entender a agenda em construção!

Os objetivos da Conferência são vários, como:

- promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o século XXI;
- rever de forma crítica a implementação da agenda da Habitat II;
- identificar restrições para a concretização dos objetivos;
- identificar e discutir novos desafios e oportunidades;
- elaborar uma visão compartilhada;
- estabelecer um acordo coletivo;
- revisar e renovar o Mandato do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT);

E, claro:

- elaborar uma Agenda Urbana para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável.<sup>2</sup>



<sup>2</sup> MORENO, E. Habitat III – Tercera Conferencia de Naciones Unidas sobre Desarrollo Urbano Sostenible y Vivienda. Brasília: Reunião do Grupo de Trabalho da Habitat III, em 9 de abril de 2015. Slides 21 p.

Para alcançar isso, os temas em debate são diversos, identificados em torno de alguns eixos temáticos:

- questões demográficas urbanas e desafios;
- planejamento urbano e territorial;
- meio ambiente e urbanização;
- governança urbana e legislação;
- economia urbana;
- habitação e serviços básicos.

A relação positiva entre urbanização e desenvolvimento é inegável. No entanto, para que isso de fato aconteça é preciso que passemos a ver a urbanização não como um problema, mas sim como uma ferramenta de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O último relatório sobre “Perspectivas da Urbanização Mundial” produzido pela ONU<sup>3</sup> mostra que atualmente cerca de 54% da população global mora em áreas urbanas, com 28 megalópoles, onde vivem cerca do 12% da população mundial. Já as Regiões Metropolitanas Brasileiras concentram cerca de 63 milhões de habitantes, o que representa 33% da população total do país e 40% da população urbana.

O estudo ainda mostra que em 2030 a porcentagem da população que vive em áreas urbanas chegará a 60%, sendo que o número da população urbana na América Latina ultrapassará a população urbana em regiões mais desenvolvidas. Considerando esses dados é imprescindível que as questões do desenvolvimento urbano sustentável sejam tratadas no contexto onde residem suas principais causas, consequências e possíveis soluções: os governos locais.

---

<sup>3</sup> DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ONU. (2014) World Urbanization Prospects, the 2014 revision. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/>>. Acesso em: 1o maio de 2015.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que as áreas urbanas e rurais estão interligadas, existindo conexões entre elas que são relevantes para essa discussão. Isso inclui atividades comerciais e produtivas, de trabalho e estudo, relações sociais e familiares, entre outras.

As questões são amplas e afetam nossos Municípios de diversas maneiras. Para entender isso melhor, vamos ao debate!



### Vamos ao Debate!



**Para mim, a urbanização em si como ocorre hoje é problemática e é difícil implementar instrumentos de gestão urbana. A falta de água para o abastecimento, a moradia inadequada, a falta de saneamento, a adoção de modelos de transporte insuficientes e a vulnerabilidade a desastres são problemas que demonstram como esse modelo atual é inadequado e não satisfaz as necessidades das populações.**

Muito bem, prefeito. Esse é um ponto-chave. Outro dia, o diretor da ONU-Habitat, Joan Clos, deu uma entrevista que explica isso. Falou que temos um modelo de urbanização que foi fundado há mais de 100 anos e adaptado no período pós-Segunda Guerra Mundial e que há então uma grande necessidade de



desenvolver um novo paradigma de urbanização.<sup>4</sup> Na Habitat III, será discutido o tema: “Que modelo de urbanização nós queremos?”. Isso pode parecer um tanto teórico, mas as diretrizes a serem estabelecidas irão conduzir governos e organizações a caminharem para o que for acordado como o necessário para a promoção da urbanização sustentável. Ou seja, é muito importante que os Municípios contribuam com suas experiências da realidade local.

**A realidade é que há uma necessidade urgente de se melhorar as áreas urbanas. As demandas são contínuas e cada vez maiores por parte da população, da legislação.**



Vereadora, as demandas por habitação, mobilidade, saneamento e melhor utilização dos recursos disponíveis já se encontram no cotidiano do cidadão, que as percebe como necessárias para uma vida e um ambiente adequados.



É no dia a dia que ele enxerga mais facilmente suas necessidades e as intervenções necessárias no meio urbano.

A concretização das metas da Conferência só se dará a partir da identificação das realidades, de forma que se saiba em que contexto se encontra e o quanto se pode avançar a partir do estabelecimento de uma nova agenda. A concretização só será possível se os governos municipais e a sociedade civil forem envolvidos nessas discussões.

De um lado, esses atores conhecem e vivenciam os desafios existentes, sendo capazes de traduzir as discussões internacionais para o âmbito e a política local. Por outro lado, a agenda apresenta uma oportunidade para fomentar uma maior reflexão sobre o desenvolvimento urbano sustentável nas localidades. É preciso expandir o conceito de planejamento e gestão urbana

<sup>4</sup> CLOS, Joan. Global Urbanization – Driver or Dead End for Sustainable Development? On the Way Towards UN-Habitat III. Bonn, Deutsche Institut für Entwicklungspolitik (DIE), 28/01/2015. Entrevista concedida a Matthias Ruchser. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZDuvHmQFI0c>>. Acesso em: 1o fev. 2015.

a todos os Municípios – e fomentá-los a implementar os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade –, mantendo permanentemente a capacitação dos gestores e o fortalecimento da comunidade.

Então, quais são as prioridades e as necessidades onde vocês vivem?



**A moradia é uma questão muito importante aqui. No meu Município, a situação é preocupante. Há pessoas morando em casas em condições inadequadas, localizadas em áreas de risco, sem infraestrutura. Como posso trabalhar isso dentro dessa agenda?**

A questão de moradia é uma pauta central na Agenda. Um dos maiores desafios dos países é prover ações adequadas para assegurar moradia digna à população. Porém, as ações não devem se resumir à obtenção de financiamento para resolver o problema pontual de forma imediata, ou seja, construir casas. Cabe aos governos, de todos os níveis, adotar ações integradas de planejamento e gestão a curto e médio prazo para resolver os problemas da população que vivem em áreas de risco ou precárias, com a adoção de estratégias que promovam o acesso à moradia digna – aqui compreendida como a provisão de moradia integrada ao tecido da cidade e acesso aos serviços urbanos. Também cabe fortalecer a busca de parcerias e construir de forma coletiva medidas de prevenção para que outras pessoas não venham a ocupar essas áreas, o que gerará novos problemas.

É preciso integrar as ações de planejamento e habitação. E muitas vezes, na tentativa de resolver os problemas e atender às reivindicações da sociedade, adotamos medidas intempestivas de construir casas em locais distantes e sem infraestrutura. Logo, tais medidas gerarão grandes impactos do ponto de vista do planejamento e de recursos para a provisão de infraestrutura necessária.





**Urbano, a minha região é formada por cidades pequenas, onde a agricultura é uma atividade importante para a economia local. Para nós da Associação Comercial, esse é um ponto importante. Vale a pena discutir a agenda urbana lá?**

Com certeza, Rosana. As conexões entre o urbano e o rural são uma das pautas em debate e nosso papel é reivindicar que essa questão mereça destaque. Vou te dar um exemplo. Segundo dados do IBGE (2012), os 3.343 Municípios brasileiros com população igual ou inferior a 50 mil habitantes e que apresentam o perfil populacional predominantemente urbano são responsáveis por 59% do PIB Agropecuário e respondem por 59% do valor da produção animal, 63% do valor da produção lavouras temporária e 62% do valor da produção lavouras permanentes. Além disso, identifica-se que uma parcela da população é ativa tanto na vida urbana quanto na rural, deslocando-se de uma área para outra para trabalhar, estudar, fazer compras. Essas dinâmicas nos permitem afirmar que a economia e a população do campo são importantes para o desenvolvimento urbano sustentável.



**A mobilidade urbana é um problema em meu Município. Temos o desafio de elaborar um plano municipal sobre o assunto, a necessidade de melhorar o acesso ao transporte e integrá-lo com o planejamento da cidade como um todo. Essa temática também é abordada pela agenda urbana?**

Com certeza. Um aspecto-chave da moradia é o acesso aos meios de transporte e a qualidade e o tempo de locomoção da casa para o trabalho, a escola, o lazer. Por exemplo, gastar quatro horas do dia para ir e voltar do emprego afeta diretamente a vida de uma pessoa. E isso é comum para muitos brasileiros. Outro desafio é a falta de transporte adequado e acessível por homens e mulheres em diferentes lugares e horários.

Como você bem colocou, destaco ainda a falta de integração entre transporte e outras áreas do planejamento urbano e também do desenvolvimento econômico. Há uma necessidade de discutir políticas urbanas que valorizem a visão integrada e o

transporte como eixo estratégico para o desenvolvimento local. A CNM, por exemplo, tem uma parceria com o SMART da Universidade de Michigan, por meio do qual trabalhamos isso, de forma a promover uma visão de cidade integrada a partir de diferentes olhares que envolvem políticas setoriais e aspectos ambientais, sociais e econômicos.



### Fica a dica!

Para saber mais sobre essa metodologia de integração entre o transporte, o planejamento urbano e o desenvolvimento econômico, não deixe de ler a cartilha da CNM “Guia Metodológico: Projeto MovImente”.



**Outro tema que eu acho bem importante é a questão das mudanças climáticas, que afetam as nossas cidades. Tenho visto que há várias iniciativas internacionais nessa área. Vi outro dia no site da CNM um artigo sobre um programa de cooperação entre cidades alemãs e latino-americanas específico para o desenvolvimento de políticas públicas nessa área. Esse assunto também entra nessa agenda?**



Entra, sim, e esse também é um tema importante para os Municípios brasileiros. O Brasil apresenta áreas consideradas como de alto e altíssimo risco devido aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, o aumento nas temperaturas deve afetar a disponibilidade hídrica, o reabastecimento dos aquíferos, a manutenção das coberturas vegetais, o aumento no nível do mar; e o rendimento agrícola na América Latina têm intensificado os efeitos dos desastres naturais. Secas e inundações têm sido agravadas, gerando prejuízos econômicos, sociais e ambientais aos Municípios brasileiros. Esses problemas geralmente se intensificam onde há estrutura inadequada para suportar a intensidade dos eventos adversos, os quais estão mais relacionados ao grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas do que da magnitude desses eventos.

Podemos reivindicar aqui o apoio às autoridades locais para exercer as suas responsabilidades adequadamente nas ações de respostas emergenciais em caso de desastres e a provisão de recursos financeiros. A incorporação de mudanças climáticas em políticas públicas que priorizem o incentivo na prevenção e apoio técnico financeiro nas atividades de monitoramento e gerenciamento de desastres nos Municípios com o compartilhamento tecnológico entre os Entes federados, além de melhorar e reestruturar o sistema de atendimento e de reparação de danos às vítimas.

**Urbano, questões relacionadas ao desenvolvimeto social, como a luta contra o crack, a inclusão social, o uso do espaço público pelas mulheres e o fomento de cidades favoráveis aos jovens também são pontos do debate?**



Todos esses pontos constituem elementos da agenda. A atenção às necessidades dos jovens urbanos, por exemplo, é uma das áreas analisadas pelos relatórios nacionais, e envolve vários assuntos importantes para a gestão local, tais como: o emprego para a população jovem; violência pública; consumo e circulação de drogas, como o crack, que já é um problema a nível nacional; e jovens encarcerados. A violência contra as mulheres em espaços públicos e privados afeta também os Municípios brasileiros, sendo que políticas públicas para

lidar com esse problema são necessárias para a promoção do desenvolvimento urbano inclusivo.

**Para mim, os problemas urbanos são múltiplos e não podemos tratá-los de forma separada.**

Esse é exatamente o maior desafio a ser enfrentado na Nova Agenda Urbana, prefeito. Nos últimos vinte anos, avançou-se muito na retomada de políticas setoriais, por exemplo, em habitação, saneamento, transporte, mobilidade e acessibilidade. Entretanto, percebe-se que esses temas ainda não estão integrados e articulados. A Habitat III é a oportunidade para que todos esses temas sejam discutidos conjuntamente e assim criar soluções comuns que levem em consideração uma visão mais ampla das necessidades locais.





## **APRENDA UM POUCO MAIS!**

### **Mudanças identificadas na Habitat III em comparação com a Habitat II <sup>5</sup>**

Desde a última Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, em 1996, em Istambul, na Turquia, muitas mudanças ocorreram em termos de desenvolvimento e gestão urbana. A urbanização passou a ser percebida de modo mais positivo, de forma a valorizar o seu potencial transformador em vez da degradação ambiental. Apesar da variedade dos temas, percebe-se um foco maior em áreas essenciais somado a um enfoque mais integral do desenvolvimento, em vez de setores compartimentados.

A desigualdade e a inclusão social integram parte da agenda, bem como a igualdade de gênero é encarada como um aspecto transversal. Mais do que uma conexão entre a agenda e a questão dos direitos humanos, avançou-se a favor da adoção de uma agenda com enfoque nos direitos humanos. Em vez de desregulação do mercado habitacional, há maior preocupação com a presença do Estado e da sociedade civil no marco da construção da cidade.

Em 1996, as cidades eram vistas com uma plataforma, ou seja, havia uma visão mais passiva, enquanto atualmente são consideradas como vetores de mudança e, portanto, têm um papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável. Destaca-se ainda que outra significativa mudança é que essa nova agenda deve ser implementada em todos os países, e não apenas nos países em desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> MORENO, E. Habitat III – Tercera Conferencia de Naciones Unidas sobre Desarrollo Urbano Sostenible y Vivienda. Brasília: Reunião do Grupo de Trabalho da Habitat III, em 9 de abril de 2015. Slides 21 p.



## Para Praticar!

Agora é hora de refletir e colocar isso no papel. O exercício não vai levar muito tempo e vai auxiliá-lo(a) a se posicionar nessa Nova Agenda Urbana.

### Questões demográficas urbanas e desafios

A configuração da população mundial tem sofrido mudanças significativas nos últimos vinte anos. A implementação de políticas urbanas deve levar em conta as características e necessidades existentes, as quais são particulares de cada lugar.

As conexões entre o urbano e o rural afetam as dinâmicas de meu Município? É possível incorporá-las no planejamento territorial?

---

---

---

---

Há novas necessidades devido ao aumento do número de jovens e idosos?

---

---

---

Espaços urbanos seguros para as mulheres é um tema que tem ganhado bastante força na agenda internacional e até da CNM. Isso pode ser incorporado no meu Município?

---

---

---

### **Planejamento urbano e territorial**

O planejamento urbano no Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas, como o estabelecimento do Estatuto da Cidade e a introdução ao direito à moradia e regularização fundiária. No entanto, sabe-se que a realidade em muitos Municípios é de necessidade da implementação e melhoria de instrumentos urbanos.

Quais são as três principais prioridades para o planejamento urbano no meu Município?

---

---

---

Quais são as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento e a implementação dos planos municipais setoriais no meu Município?

---

---

---

Quais são os instrumentos de planejamento urbano que mais beneficiaram meu Município? É possível fortalecer essa e outras formas de gestão urbana baseada nessa experiência?

---

---

---

### **Meio ambiente e urbanização**

Quais tipos de problemas a poluição do ar, solo e das águas tem gerado no meu Município?

---

---

---

Os desastres naturais têm afetado meu Município? O que poderia ser feito?

---

---

---

O que no meu Município é ou poderia ser uma ação para lidar com as causas ou os efeitos das mudanças climáticas?

---

---

---

### **Governança urbana e legislação**

Quais são os impactos que o fortalecimento verdadeiro do governo municipal poderia gerar em seu Município?

---

---

---

Como outros governos (locais, estaduais e nacionais) e organizações da sociedade civil e do setor privado poderiam contribuir mais para o planejamento urbano do meu Município?

---

---

---

### **Economia urbana**

Quais ações poderiam ser tomadas para fomentar a economia local no meu Município?  
O que no meu Município é ou poderia ser uma ação para lidar com as causas ou os efeitos das mudanças climáticas?

---

---

---

### **Habitação e serviços básicos**

Quais outros serviços devem ser sempre integrados à moradia no meu Município?

---

---

---

Quais são as ações prioritárias para melhorar a habitação para todos no meu Município?

---

---

---

Parabéns! Você chegou ao fim da atividade da Parte III.



Agora você já tem uma lista de prioridades para debater nos debates e nas ações para a Habitat III.

## Parte 4 – Atuação do Movimento Municipalista



Na Habitat II, foi a primeira vez que os governos locais participaram oficialmente de uma cúpula das Nações Unidas, motivados pela ideia de que tanto eles quanto a sociedade civil eram importantes para reduzir o caráter retórico dos acordos.

Tal participação resultou inclusive na formação da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), com base no grupo de organizações internacionais de governos locais que atuou na conferência. O movimento municipalista esteve presente ainda nos eventos no período pós-Habitat II, como a Habitat II+5 e os Fóruns Urbanos Mundiais.

Seguindo a década de 90, a década das conferências, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio mostraram ao mundo a importância dos governos locais no alcance das metas e localização do desenvolvimento sustentável.

O papel dos Municípios foi fundamental no combate à desigualdade e na possibilidade de alavancar o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis do país, uma vez que os governos locais respondem pela gestão de diversas políticas relacionadas diretamente à agenda urbana e estão próximos à realidade dos cidadãos.

O relatório “O Futuro que queremos”, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), aponta explicitamente para o engajamento dos governos locais, ressaltando ainda mais o papel estratégico que eles

possuem. Foi a primeira vez que oficialmente foi reconhecida a importância dos governos locais e regionais no processo de desenvolvimento da nova agenda.

Nesse contexto, a Habitat III é considerada um momento-chave para reivindicar mudanças em governança nas agências da ONU lidando diretamente com questões locais, incorporando de fato as autoridades locais e regionais como atores importantes no processo de decisão.

### **Atuação das redes internacionais municipalistas**

Quarenta anos depois da primeira conferência, há consenso de que as estruturas das cidades, formas e funcionalidades precisam ser transformadas na mesma medida em que a sociedade se transforma. Um passo importante para que isso se torne realidade é a atuação que a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) vem tendo ao defender a atuação local no âmbito Mundial.

Com mais de 250 mil governos locais e regionais associados, representando todos os continentes e mais da metade da população mundial, a CGLU e seus membros possuem atuação em foros internacionais de destaque, como o Painel de Alto Nível de pessoas eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 das Nações Unidas e o Comitê Consultivo de Autoridades Locais das Nações Unidas (Unacla).

Além disso, por iniciativa da CGLU, líderes e organizações nacionais municipalistas criaram uma Força-Tarefa Internacional (Global Taskforce) de Governos Locais e Regionais para o acompanhamento da Agenda Pós-2015 e com vistas à Habitat III e cujo papel é justamente ser esse facilitador, defendendo os interesses dos gestores locais por meio de mobilização de atores e representação nos principais espaços de decisão. O objetivo é estimular o debate entre os governos locais sobre essas agendas, permitindo assim dois resultados: mobilização e visibilidade. Espera-se empoderar cada vez mais os governos locais neste debate e permitir a convergência de visão sobre o desenvolvimento urbano sustentável.

Os debates internacionais atuais irão estruturar a agenda de desenvolvimento global nas próximas décadas. Com conteúdos complementares, os processos referentes a essas novas agendas estão ocorrendo em paralelo, o que leva os governos locais e regionais a buscarem sinergias entre elas para uma representação mais eficiente das necessidades locais, o que é possível por meio da experiência da realidade palpável desses temas.



**Vamos ao Debate!**

**Como já falei antes, acho interessante essa atuação internacional dos Municípios. Você pode explicar mais sobre essa ação no que se refere à Habitat III?**



Claro, Pedro. O movimento municipalista internacional tem demonstrado que é uma força importante para isso. Uma das linhas de atuação é a representação política, incluindo a participação nos principais foros de debate e decisão internacionais e a elaboração de materiais e documentos de posicionamento pela Força Tarefa Global. Destaca-se ainda as reuniões da Unacla, que é o Comitê Assessor das Autoridades Locais para as Nações Unidas, reúne representantes tanto da ONU como dos governos locais. Prefeitos e prefeitas de várias partes do mundo também têm recebido treinamento específico para representar o movimento municipalista em espaços internacionais. Tudo isso permite que a voz dos Municípios seja apresentada e defendida para a construção da Nova Agenda Urbana mundial.



Além disso, também são organizadas ações para a mobilização dos gestores locais. Uma dessas iniciativas foi o apoio à Campanha Outubro Urbano da ONU-Habitat. A campanha reuniu várias atividades de sensibilização, promoção e comunicação sobre o desenvolvimento urbano sustentável no âmbito mundial. No mês de outubro de 2014, buscou-se aumentar o interesse nos desafios urbanos para estimular os debates e avançar nos compromissos em relação à causa nas agendas internacionais em construção. A ação teve início no dia 6 de outubro, Dia Mundial de Habitat, e foi finalizada no Dia Mundial de Cidades, celebrado no dia 31 de outubro.

### **Urbano, a CGLU e a Força-Tarefa Global participaram então das reuniões preparatórias que você mencionou anteriormente?**



Elas participaram sim. Previamente à PrepCom I, que ocorreu em setembro de 2014 em Nova Iorque,



a Força-Tarefa Global organizou diálogos técnicos e políticos com representantes de governos locais e regionais, redes e de organizações parceiras, além de promover um evento paralelo à reunião para apresentar as prioridades e expectativas do movimento municipalista. O posicionamento oficial da Força-Tarefa Global para a reunião preparatória destacou a necessidade de um enfoque territorial, que incluía as relações urbano-rurais como um contínuo, formatos inovadores de governança e de uma aproximação consistente entre a Habitat III e a Agenda Pós-2015.

Na PrepCom II, realizada em abril de 2015, em Nairóbi, o presidente da CGLU e prefeito de Istambul presidiu a reunião da Unacla, que foi organizado paralelamente à reunião do Comitê. Mais de 70 delegados de governos regionais e locais de todo o mundo participaram. A prefeita de Victoria, em Seychelles, Jacqueline Moustache-Belle, apresentou como a Habitat II reconheceu a necessidade de governos locais mais fortes e defendeu que a Habitat III foque em atores locais e urbanos.

## O que eu quero saber é: os Municípios participarão na Habitat III como foi na Habitat II, em 1996?

Isso ainda está em debate, mas a CGLU está atuando para isso. Na 2ª Reunião Preparatória da Habitat III, a PrepCom II, que ocorreu de 14 a 16 de abril de 2015, em Nairóbi, no Quênia, eram para ter sido discutido os procedimentos para participação das autoridades locais.



No entanto, a reunião foi encerrada sem ser discutido e definido o regulamento e a forma de credenciamento das autoridades locais na Conferência em Quito. Foi aprovada uma resolução que solicita permissão à Assembleia Geral para organizar uma Reunião Preparatória Extraordinária para tratar esses assuntos. Espera-se fazer isso paralelamente a próxima reunião da Assembleia Geral em setembro em Nova Iorque. É importante os Municípios se posicionarem para que o governo brasileiro apoie a participação das autoridades locais de forma oficial na Conferência.

## Acho que é importante discutir aqui como podemos vincular a agenda local às discussões sobre a Habitat de forma a contribuir com a CGLU.

Excelente ponto, vereadora! A inclusão da agenda local nas discussões a serem oportunizadas pela Conferência se concretizará a partir da identificação das realidades, de forma que se saiba em que contexto se encontra e o quanto se pode avançar a partir do estabelecimento de uma nova agenda.



A CNM acredita que a vinculação dessas agendas (local, nacional e global) só será possível envolvendo os governos municipais e a sociedade civil nessas discussões. De um lado, esses atores conhecem e vivenciam os desafios existentes, sendo capazes de traduzir as discussões internacionais para o âmbito e a política local. Por outro lado, a agenda apresenta uma oportunidade para fomentar uma maior reflexão sobre o desenvolvimento urbano sustentável nas localidades.

A inclusão da agenda local nas discussões se concretizará a partir da identificação das realidades, como vocês fizeram no exercício acima, de forma que se saiba em que contexto se encontra e o quanto se pode avançar a partir do estabelecimento de uma nova agenda.



## **Aprenda um pouco mais!**

### **Força-Tarefa Global sobre a Agenda Pós-2015 e a Habitat III**

A Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais tem publicado uma série de documentos para sistematizar e compartilhar informações que auxiliarão os Municípios na construção da agenda para a Habitat III.

As autoridades locais tornaram-se parte essencial para a solução dos problemas contemporâneos. Devido à proximidade com os cidadãos, os desafios democráticos são enfrentados na esfera local, uma vez que o diálogo direto com os cidadãos é favorecido e fortalece o senso de cidadania. Os desafios ambientais estão relacionados com os modelos de produção e consumo, o que é concretizado especialmente nas áreas urbanas. Como as cidades refletem a concentração de riqueza e renda, são espaços criadores nos quais os desafios econômicos. Os problemas sociais também são percebidos nas cidades. As aglomerações urbanas intensificam ganhos, mas também os problemas, como poluição, degradação, violência.

Centros urbanos constituem ao mesmo tempo instrumentos fortes e desafios para a promoção do desenvolvimento econômico, social e humano. As fronteiras entre o urbano e o rural não são tão fáceis de identificar. Os desafios são em diversos âmbitos: sociais, econômicos e ambientais. Regiões metropolitanas apresentam desafios relacionados ao crescimento desordenado, à concentração de população, a sobrecarga ou falta de serviços, entre outros. Cidades pequenas e médias estão crescendo de forma expressiva.



## Para Praticar!

Agora é hora de refletir sobre suas demandas para as organizações internacionais.

- O que vocês diriam para as organizações abaixo?
- O que vocês gostariam que elas fizessem pelos seus Municípios?
- Qual tipo de pauta vocês gostariam de ver priorizada na agenda internacional?



**Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)**, que representa e defende os interesses dos governos locais no cenário mundial, independentemente de seu tamanho.



**Federação Latino-americana de Municípios, Cidades e Associações (Flacma)**, que é o braço regional da CGLU na América Latina.



**Força-Tarefa de Governos Locais e Regionais para a Agenda Pós-2015 e a Habitat III**, que é a plataforma que tem o intuito de construir uma estratégia conjunta para incidir nos processos de desenvolvimento de políticas públicas sobre esses temas.

---

---



**Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)**, que é a agência das Nações Unidas com a missão de promover povos e cidades social e ambientalmente sustentáveis. Tem Escritório Regional para a América Latina e Caribe no Rio de Janeiro.

---

---

---

# Parte 5 – Participação dos Municípios Brasileiros



Como explicamos anteriormente, a Nova Agenda Urbana, a ser definida na Habitat III, impactará a vida da população urbana. Os governos municipais, por estarem mais próximos dos cidadãos, serão os primeiros a receberem demandas de respostas. Como as prefeituras serão futuros agentes de implementação da agenda, os prefeitos e prefeitas devem ser também ouvidos durante seu processo de elaboração. Assim, é a ação conjunta nos níveis local, nacional e internacional que vai possibilitar que os governos locais e as entidades municipalistas sejam ouvidos.

O engajamento local com a participação das comunidades e das lideranças municipais é o primeiro passo. Para a CNM, as prioridades da Nova Agenda devem ser definidas de baixo para cima, ou seja, partir do nível das cidades para garantir que a particularidade de cada Município, seus desafios e capacidades sejam considerados.

Essa participação dos Municípios, refletindo sobre sua própria condição urbana, vai permitir que se identifique, a nível nacional, quais

são as condições semelhantes e quais as condições diferentes enfrentadas para cada Município do nosso território.

É verdade que alguns desafios de desenvolvimento urbano são comuns a prefeitos e prefeitas de todos os cantos do país. Mas há também prioridades que são típicas de certas regiões e desconhecidas por outras. Em um país tão grande, as condições podem ser bem distintas e, por isso, as ações devem ser direcionadas de acordo com cada necessidade. Com a participação dos Municípios na Nova Agenda Urbana, será mais fácil estabelecer prioridades e desafios condizentes com a realidade brasileira.

Promover este debate em nossos territórios é um papel intrínseco das lideranças eleitas, principalmente prefeitos e vereadores, que vivem próximos aos cidadãos. As prioridades do Habitat III devem surgir de um movimento de baixo para cima, levando em consideração as particularidades de cada território, com ampla participação da sociedade. Indicadores e metas a serem estabelecidos em plano global, interiorizados na legislação brasileira após o alcance do acordo, devem levar em consideração as competências dos Entes federativos, as capacidades de financiamento de todos os atores e a corresponsabilidade na efetiva entrega dos benefícios sociais.

Quando a Nova Agenda Urbana for definida, prefeitos e prefeitas serão cobrados como implementadores. Até a Habitat III em 2016, muito ainda pode ser feito para que as diretrizes da agenda sejam condizentes com as nossas realidades e desafios. Aqui fica um chamado de mobilização para os Municípios: vamos realmente refletir, agir e se fazer presentes.



## Vamos ao Debate!

### Urbano, como nós prefeitos podemos nos preparar para esta agenda global?

A leitura dessa cartilha completando os exercícios propostos já é um primeiro passo. Aqui é importante entender as ideias básicas da agenda e, claro, por que estamos discutindo. A partir de agora, Prefeito, agir e acompanhar o processo até a Conferência também é importante. Nesse sentido, conte com a CNM para contato e para fornecer mais informações!

### E nós da sociedade civil?

Pedro, o engajamento com o governo do seu Município é muito importante. O diálogo entre a sociedade e administração local fortalece a reflexão sobre a realidade existente, identificando mais claramente os desafios a serem enfrentados e os avanços já alcançados. A visão se torna mais ampla e favorece a contribuição a ser apresentada em âmbito nacional e internacional.





### **Urbano, você pode me explicar o que foi a Carta Aberta dos Municípios Brasileiros à Habitat III?**

Claro! Essa foi uma iniciativa para contribuir com a preparação do relatório nacional do Brasil. Para garantir que a visão dos Municípios brasileiros fosse incorporada na Nova Agenda, a CNM elaborou uma Carta Aberta dos Municípios Brasileiros, que elencou 13 pleitos municipalistas a serem considerados no posicionamento oficial brasileiro:



01. acolher as diversas vozes dos cidadãos;
02. fortalecer os espaços de diálogos permanentes sobre esses temas com o movimento municipalista;
03. mecanismos de planejamento e execução intersetoriais;
04. comprometimento do governo federal a realizar de fato a assistência técnica necessária aos Municípios;
05. otimizar investimentos federais e estaduais para tornar cidades resilientes;
06. priorizar os recursos da União destinados a apoiar os Municípios na universalização do acesso à água e ao saneamento;
07. integrar a todas as políticas de habitação recursos para a provisão de infraestrutura urbana;
08. promover políticas de inclusão social voltadas à segurança urbana e prevenção da violência em espaços públicos e privados;
09. fomentar o desenvolvimento econômico local sustentável;
10. estimular os governos nacionais a assumirem suas corresponsabilidades para a realização do plano de mobilidade urbana sustentável;
11. promover uma reforma de Estado capaz de aprimorar a gestão administrativa;
12. propor a revisão da data de realização da Conferência para que ela possa ocorrer após o encerramento do período eleitoral brasileiro;
13. incentivar a troca de experiências e acordos de cooperação entre governos locais de diferentes países.

Os gestores e as gestoras municipais foram convidados a discutir a Carta com sua população e enviá-la ao ministro das Cidades com suas colaborações sobre o desenvolvimento urbano. Ao todo, mais de 60 Municípios participaram da mobilização. Você pode consultar a Carta na íntegra ao final desta cartilha!

**Urbano, percebo a importância dessa atuação, mas acho que também é um processo que exige um certo amadurecimento. Como podemos avançar nesse sentido?**



Para amadurecer essas discussões é necessário ampliar o debate e realizar um esforço para ir além de foros tradicionais. A realização do Seminário Nacional para o Habitat III e a criação de um GT dentro do ConCidades já representaram avanços importantes. No entanto, acreditamos que o processo de conscientização, engajamento e inclusão dos agentes políticos locais de todo o Brasil é relevante para lidar com questões enfrentadas pela agenda internacional.



Prefeitos, vice-prefeitas e vereadores, com o apoio da Confederação Nacional de Municípios, já estão se mobilizando. Destaca-se ainda que a capilaridade e o conhecimento técnico e político das entidades municipalistas são importantes na discussão dos problemas que afetam diretamente o cidadão, com quem se tem o compromisso de buscar resolvê-los.

### **E como podemos contribuir de aqui em diante?**

O relatório nacional brasileiro será enviado em breve ao Secretariado da Habitat III. Durante o processo de elaboração desse relatório, o Ministério das Cidades recebeu a Carta Aberta de prefeitos e prefeitas, vereadores e outras lideranças municipais exigindo maior compromisso do governo federal com as transformações urbanas. Mesmo com o Relatório Nacional já concluído, os Municípios ainda podem colaborar transmitindo ao governo federal seu posicionamento sobre a agenda urbana, assim

como foi feito com iniciativa da Carta Aberta. Reforçar o papel dos governos locais como formuladores e futuros implementadores dessa agenda é importante durante todo o processo até a Conferência, em 2016.



Para contribuir, debater os temas da agenda no seu Município é importante. O debate com a administração local e a sociedade, através de reuniões, seminários e audiências públicas vai ajudar a reconhecer como a realidade, desafios, práticas exitosas e demandas próprias do seu Município podem colaborar com a Nova Agenda.

O Município de Comodoro, no Mato Grosso, por exemplo, aderiu ao movimento proposto pela Confederação para debater a Nova Agenda Urbana e deu um bom exemplo de uma forma de mobilizar a população. O Município organizou uma audiência pública sobre a temática para discutir e coletar sugestões da sociedade local.

A iniciativa foi promovida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, com o apoio de outras secretarias. Os presentes puderam identificar as prioridades do Municípios, como a produção de novas moradias, ampliação de unidades básicas de saúde, escolas e espaços públicos de lazer e cultura, ampliação da rede de esgotamento sanitário na zona urbana. É esse tipo de ação que garante a maior contribuição dos cidadãos na agenda.



### **A parte prática, do cotidiano do Município, é importante, não é?**

Exatamente. Os temas da agenda urbana, como habitação, transporte e saneamento já fazem parte do cotidiano do cidadão, que as percebe como necessárias para uma vida e um ambiente adequados. É o cidadão que, nos desafios do dia a dia, enxerga melhor as necessidades do Município. Portanto, é importante chamar o cidadão para o debate, e mostrar como o tema de desenvolvimento urbano diz respeito ao local onde eles vivem, trabalham, estudam e se divertem. A Nova Agenda Urbana afetará o cotidiano nos cidadãos, e a forma que eles vivenciam e percebem a cidade contribui muito com o debate.

No debate, leve em conta as particularidades do seu Município, colete informações, estabeleça planos de ação, identifique prioridades, pontos fortes e principais desafios. Por fim, transmita ao governo federal toda essa informação que foi debatida de forma conjunta. E não esqueça da CNM! A Confederação também quer saber como está a realidade urbana no seu Município e pode te auxiliar como canal de transmissão dessas colaborações até a Habitat III.





### **Urbano, você acha que essas contribuições serão realmente relevantes?**

Sim! Principalmente porque as discussões da Nova Agenda Urbana apresentam alguns pontos sensíveis. Por exemplo, em relação à falta de recursos para os Entes locais. Como já foi dito, as administrações municipais serão peças-chave para implementar a Nova Agenda. Portanto, além de diretrizes e metas, é preciso debater também o apoio aos

Municípios, a promoção da governança local e também o reconhecimento de suas limitações. Esse é um ponto que deve ser trabalhado.



### **Também acho, Urbano, que se isso não for bem discutido com os Municípios, a construção de alianças e parcerias para a implementação da agenda será mais difícil.**

Com certeza, prefeito. A amplificação da gama de parceiros tão almejada nas diversas agendas internacionais em construção será provavelmente de difícil aplicação se esses atores não forem devidamente ouvidos. Potencialidades, deficiências, restrições e forças impulsionadoras serão avaliadas de forma limitada se focadas em perspectivas dos governos nacionais. Isso também está relacionado com o estabelecimento de

metas realistas e a promoção de um maior comprometimento do setor privado com o desenvolvimento sustentável.





## Para Praticar!

Chegou a hora de planejar como o seu Município irá participar nessa iniciativa.

**EXEMPLO** – Adicione ações que julgar que são possíveis e relevantes para seu Município.

<b>Atividade</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Responsável</b>	<b>Participantes</b>	<b>Como?</b>
Discussão da Carta Aberta junto aos Conselhos Municipais	Junho	Auditório da prefeitura	Gabinete do Prefeito	Representantes de todos os Conselhos Municipais	Organização de audiência

<b>Diálogo dentro da administração local</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Responsável</b>	<b>Participantes</b>	<b>Como?</b>

<b>Diálogo com a sociedade</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Responsável</b>	<b>Participantes</b>	<b>Como?</b>
<b>Diálogo com o governo federal</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Responsável</b>	<b>Participantes</b>	<b>Como?</b>
<b>Ações da CNM</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Responsável</b>	<b>Participantes</b>	<b>Como?</b>

## **PARABÉNS!**

Chegamos ao fim da nossa conversa e capacitação sobre a Habitat III! Espero que tenha gostado das explicações, do debate e dos exercícios.

Ainda há muito a se avançar. Assim espero contar com o engajamento de você com esse tema. A CNM está buscando ampliar a participação municipalista nas discussões em âmbito federal e internacional, e sua contribuição é importante para avançarmos com isso.

Até a próxima!



# Anexo 1 – Carta Aberta dos Municípios Brasileiros

Excelentíssimo Senhor Ministro Gilberto Kassab,

Ao cumprimentar respeitosamente Vossa Excelência, incumbido da responsabilidade de somar as vozes dos cidadãos do Município de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ (UF), venho por meio desta Carta apresentar nosso posicionamento para o relatório nacional para a Nova Agenda Urbana.

Reconhecendo a necessidade do envolvimento dos Governos Locais na construção da Nova Agenda Urbana, como líderes dos seus territórios, capazes de efetivar e multiplicar os compromissos assumidos em diálogo com as comunidades;

Reiterando as prioridades dos temas tratados na Conferência, competências estas também municipais, a listar: planejamento urbano e territorial, governança e legislação urbana, habitação, saneamento, defesa civil e mobilidade, desenvolvimento econômico local, gênero e demais intervenções nos assentamentos humanos;

Exprimindo a particular preocupação com a situação dos governos municipais, com possibilidades limitadas de desenvolvimento e geração de bem-estar, responsáveis por nossas cidades e aglomerações urbanas em que se concentram 70% da população total, principalmente nos territórios com menores recursos e de populações mais pobres;

Defendemos que o posicionamento brasileiro alcance os seguintes pleitos:

01. Acolher as diversas vozes dos cidadãos discutidas em cada Município com as respectivas lideranças locais eleitas, por meio da incorporação destes agentes políticos nos espaços de construção do documento de posição Brasil, assim como em outras instâncias deste processo, a notar-se a composição das delegações nacionais de negociação no âmbito da Conferência das Nações Unidas.

02. Fortalecer os espaços de diálogos permanentes sobre estes temas com as representações do movimento municipalista, a fim de que indicadores e prazos possam ser amplamente analisados e consensuados, principalmente no que tange a novas responsabilidades aos governos locais.
03. Fomentar mecanismos de planejamento e execução intersetoriais de políticas públicas, a fim de que as propostas indicadas nesta Nova Agenda Urbana encontrem arranjos institucionais capazes de potencializar os esforços dos diferentes níveis de governo e da sociedade.
04. Comprometer os governos nacionais a realizar de fato a assistência técnica necessária aos governos locais para a elaboração e a implementação dos instrumentos de planejamento urbano, a destacar a revisão dos planos diretores, conforme determinado pelo Estatuto da Cidade, e o alcance de metas estabelecidas em acordos internacionais.
05. Otimizar os investimentos federais e estaduais para projetos urbanos que tornem as cidades resilientes e com capacidade de adaptação e resposta às mudanças climáticas, particularmente inundações e secas, construindo um sistema de prevenção de desastres efetivo, conforme previsto no Marco de Ação de Hyogo e no documento em discussão sobre os Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável.
06. Priorizar os recursos da União destinados a apoiar os Municípios na universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água potável, tratamento de esgoto sanitário, manejo adequado de resíduos sólidos e aumento da reciclagem em prazo viável para que o povo brasileiro tenha maior qualidade de vida nos centros urbanos até 2030, como consta do Plano Nacional de Saneamento Básico.
07. Integrar a todas as políticas de habitação recursos para a provisão de infraestrutura urbana, como pavimentação, sistemas de drenagem, iluminação pública e acesso a serviços básicos, a fim de ampliar e aprimorar os investimentos em urbanização com sustentabilidade.
08. Promover políticas de inclusão social voltadas à segurança urbana e prevenção da violência em espaços públicos e privados, em especial dos grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes sem qualquer distinção.

09. Fomentar o desenvolvimento econômico local sustentável, propiciando ambiente de negócios que favoreçam a criação de empregos, a inovação e o estabelecimento de empresas, especialmente os pequenos negócios.
10. Estimular os governos nacionais a assumirem suas corresponsabilidades em relação ao financiamento e à regulação para a execução de estratégias compartilhadas nas já conflituosas regiões metropolitanas, assim como apoiar a realização do plano de mobilidade urbana sustentável e sua implementação com acessibilidade e acesso ao transporte coletivo em todos os portes de Municípios, conforme instituído na Política Nacional de Mobilidade Urbana.
11. Promover uma reforma de Estado capaz de aprimorar a gestão administrativa, com a disponibilização de métodos e ferramentas voltados ao incremento e gerenciamento da receita municipal, a fim de restabelecer a capacidade de os governos locais entregarem serviços públicos urbanos de qualidade e com equidade à totalidade da população.
12. Propor a revisão da data de realização da Conferência para que ela possa ocorrer após o encerramento do período eleitoral brasileiro, que se encerrará no mês de outubro de 2016.
13. Incentivar a troca de experiências e acordos de cooperação entre os governos locais de diferentes países, com destaque aos povos vizinhos da América Latina, como forma de encontrar soluções conjuntas para o enfrentamento das desigualdades urbanas e desafios ambientais observados em todo o globo.
14. *(Espaço para inserção de informações de seu **Município** e demandas locais sobre as transformações desejadas para os próximos vinte anos (listar). Caso não utilize, pedimos a exclusão deste item).*

Respeitosamente,

Prefeito(a): xxxxxxxxxxxx





**Sede**

SCRS 505, Bl. C – Lt. 01 – 3º Andar  
CEP: 70350-530 – Brasília/DF  
Tel/Fax: (61) 2101-6000

**Escritório Regional**

Rua Marcílio Dias, 574  
Bairro Menino Deus  
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS  
Tel/Fax: (51) 3232-3330

[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM